



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AC

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6985042/2018-CPL/SELOG/SR/PF/AC

Processo nº 08220.000068/2018-43

PREGÃO Nº 06/2018

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de sistema de monitoramento interno – Circuito Fechado de TV (CFTV) – com fornecimento de material, realizado através de câmeras distribuídas e conectadas a um sistema central, que disponibiliza as imagens através de monitores, e que realiza a gravação desses registros para as Delegacias de Polícia Federal em **Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul/AC**, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR GLOBAL – (MÁXIMO ADMITIDO)
1	Sistema de CFTV de Cruzeiro do Sul, conforme memorial descritivo, especificações técnicas, projetos e planilhas anexo ao TR.	R\$ 28.664,03
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR GLOBAL – (MÁXIMO ADMITIDO)
2	Sistema de CFTV de Epitaciolândia, conforme memorial descritivo, especificações técnicas, projetos e planilhas anexo ao TR.	R\$ 38.770,31
VALOR TOTAL (ITEM 01 + 02)		R\$ 67.434,34

1.2. O **item 01 e item 02** é composto por todos os materiais que foram detalhados no memorial descritivo, especificações técnicas, projetos e planilhas e que deverão constar detalhadamente na proposta apresentada pelo licitante via anexo do **compras governamentais (sítio)**, cujos valores máximos aceitos para contratação correspondem aos valores estabelecidos na planilha de orçamento de sintético acima para cada serviço considerado individualmente.

1.3. Os valores, bem como os valores individuais que compõem o item 01 e 02 constantes na tabela, serão os máximos admitidos pela Administração. Foram obtidos através de orçamentos colhidos pelo engenheiro eletricista na cidade de Rio Branco/AC e pelo SINAPI - Índices da Construção Civil da Caixa, já incluindo todas as despesas – diretas e indiretas, e lucro, de acordo com os parâmetros de mercado.

1.4. Será adotada a modalidade Pregão eletrônico, mediante a regime de **empregada global**, levando-se em consideração o **menor preço por item**.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A realização de licitação para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de compra e instalação de sistema de monitoramento interno realizado através de câmeras distribuídas e conectadas a um sistema central, que disponibiliza as imagens através de monitores assim como realiza a gravação desses registros para as Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul/AC, se justifica essencialmente pelas seguintes razões:

2.1.1. Necessidade de monitoramento remoto de ambientes, com recurso para gravação, transmissão de imagens ao vivo, reprodução e geração de cópias de segurança (Backup) de arquivos de vídeo em meio magnético e digital (Disco rígido e DVD).

2.2.2. Trata-se de serviço essencial para a administração, e objetiva-se, também, equipar a segurança predial com instrumentos de última geração, visando à preservação do patrimônio público e à integridade dos funcionários e do público em geral;

2.2.3. Não há contrato vigente com o objeto a ser licitado, o que prejudica em demasia a segurança das delegacias supracitadas.

2.2. A instalação tem caráter urgente devido as recomendações do nº 7/2014 e nº 24/2015 – PR/AC/LGM/4º OFÍCIO que foram emitidas após inspeção na Delegacia de Cruzeiro do Sul e foi constatado inexistência de sistema de vigilância e monitoramento interno e externo na unidade.

2.3. Como houve recomendação para instalação na Delegacia de Cruzeiro do Sul, teve-se a necessidade de contratar conjuntamente este serviço para Delegacia de Epitaciolândia que também se encontra sem sistema de CFTV.

2.4. Do Agrupamento dos itens

2.4.1. O agrupamento dos serviços e materiais contidos dentro dos itens 01 e 02 justifica-se tendo em vista que a contratação de mais de uma empresa ocasionaria provavelmente conflitos, pois se tratam de serviços complementares entre si, podendo prejudicar a sua execução.

2.5. Dos Critérios Ambientais

2.5.1. A utilização dos produtos para a prestação destes serviços deverão estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental;

2.5.2. Os materiais empregados nos produtos utilizados deverão priorizar a redução de impacto ambiental, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que os produtos por ele utilizados;

2.5.3. Utilizem, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

2.5.4. Priorizam, quando possível, o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

2.5.5. Utilizem materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pelas legislações e normativos ambientais.

2.5.6. A comprovação de que trata o item 2.5.2, caso exigida pela Contratante, poderá ser feita através da apresentação de licença e certificado emitidos por órgão executivo de fiscalização ambiental, em quaisquer das esferas (municipal, estadual ou federal) ou por instituição credenciada, ou ainda por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências ambientais ou ainda a empresa poderá apresentar declaração que está em conformidade com a legislação e normativos ambientais;

2.5.7. Apresentação da licença nas condições supracitadas dar-se-á no interstício entre a seleção da proposta e a adjudicação dos objetos de aquisição, para que esta última possa ser realizada.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. A contratação deverá ser realizada mediante licitação na modalidade de Pregão, sob a forma eletrônica, visando ampliar o grau de competitividade do certame, e tendo em vista que este objeto se enquadra como serviço comum de engenharia e conta com especificações usuais no mercado e padrões de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados nas dependências locais e condições abaixo elencados:

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL (DPF/CZS/AC)	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA (DPF/EPA/AC)
Rua Minas Gerais, 350, Bairro do Alumínio/ CEP: 69.980-000.	Av. Santos Dumont, 926, Centro / CEP 69.934-000.

4.1.1. Para a prestação dos serviços a Contratada utilizará, sob sua inteira responsabilidade e de acordo com as normas que regem a atividade, mão de obra devidamente treinada e qualificada.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados pela Contratada conforme as especificações, detalhes e frequência apresentados nos Projetos e Planilhas anexas ao Edital.

4.1.3. Os serviços deverão ser executados de forma a não comprometer o cumprimento da rotina das Delegacias;

4.1.4. Os serviços deverão ser realizados em horários acordados entre os Chefes das Delegacias e/ou responsável pelo acompanhamento do serviço e o representante da empresa, sendo necessária a comunicação antecipada nos casos em que houver a necessidade de utilização de sábados, domingos e feriados, sendo admissível a comunicação com até 72 horas de antecedência;

4.1.5. Deverão ser cumpridas as medidas internas relativas à segurança das Delegacias durante toda a prestação de serviço, não sendo permitido o acesso de funcionários às áreas sensíveis quando desacompanhados. Os funcionários devem, ainda, estar uniformizados e portar crachá de identificação, bem como devem evitar manifestações e outros atos que contrariem as normas em vigor relativas à conduta quando no interior das Delegacias. A LICITANTE deverá prever todo o material necessário à segurança do trabalho, suficientes para responsabilizar-se por acidentes que venham a ocorrer envolvendo seus funcionários durante a execução dos serviços; e

4.1.6. Durante a realização dos serviços, a LICITANTE deverá estar ciente das disposições normativas internas relativas à segurança.

4.1.7. O sistema deverá ter a facilidade de interligação entre equipamentos de fornecedores e naturezas distintas, com o intuito de formar um único meio de transmissão de informações, possuindo suporte para diferentes tecnologias, consagradas ou emergentes, sem alterações na estrutura e topologia da rede e de seus componentes.

4.1.8. Os respectivos programas/ferramentas necessários as suas parametrização, instalação e operação deverão ter uma interface homem máquina gráfica, orientada a objetos, operando em ambiente padrão de mercado, tipo "Windows" na sua versão mais atual;

4.1.9. Tanto o hardware quanto o software, das unidades controladoras e das estações de trabalho, deverão ser um produto padrão de mercado consolidado em supervisão e controle de sistemas de CFTV.

4.1.10. O conjunto Câmera-Lente deve atender todas as particularidades do local monitorado, tipo ambiente interno ou externo, distância do objeto, amplitude da imagem a ser captada, etc.

4.2. Caso durante a prestação do serviço a empresa apresente dúvidas ou questionamentos referente a execução do serviço, deverá entrar em contato com o Fiscal do contrato e informar a situação em questão.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1. O sistema deverá funcionar ininterruptamente 24 horas por dia, 7 dias por semana.

5.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada para executar os serviços descritos nos itens 01 e 02 deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

5.1.3. Para o dimensionamento da proposta o licitante deverá levar em consideração todas as informações constantes nos ANEXOS I - A ao ANEXO I - F.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros estabelecidos nos Projetos e Planilhas anexos ao Edital, devendo a empresa contratada utilizar-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução.

6.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.2.1. Realizar o serviço com adoção de medidas que visem a segurança dos empregados e servidores do órgão;

6.2.2. Selecionar profissionais devidamente capacitados e dotados de conduta anterior positiva para a execução dos serviços;

6.2.3. Responsabilizar-se por danos materiais ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros provenientes da execução dos serviços ou mau funcionamento dos sistemas envolvidos neste Termo de Referência;

6.2.4. Adoção de toda legislação e normativos descritos no ANEXO I - A - Projeto Especificações e Descritivo e demais legislação e normativos correlatos com o serviço.

6.2.5. A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade do fiscal do contrato por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração,

entre outros, dos seguintes aspectos:

- a) Resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) Qualidade e quantidade dos recursos materiais empregados;
- d) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) Cumprimento das obrigações decorrentes deste documento, do edital e anexos da proposta e demais documentos apresentados no processo licitatório.

6.2.6. O fiscal do contrato poderá, para fins de realização da verificação acima mencionada, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos, ou, ainda, na legislação vigente.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1.A execução dos serviços deverá ser realizada por **profissionais certificados** na solução proposta, com apresentação do correspondente **documento de certificação**, em versão original ou cópia autenticada ao responsável pelo acompanhamento do serviço.

7.1.1. Entende-se que os profissionais poderão ser certificados, no que segue:

7.1.1.1. Curso de CFTV.

7.1.2. O profissionais poderão apresentar certificados diversos aos sugeridos no subitem anterior, porém a certificação apresentada deverá ser analisada por responsável pelo acompanhamento do serviço em que este avaliará a compatibilidade da certificação com execução do serviço.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE SERVIÇO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-á por servidor(es), especialmente designado(s) para esse fim, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e na IN nº 05/2017.

8.2. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

8.2.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

8.2.2. Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

8.2.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

8.2.4. A adequação dos serviços prestados aos Planejamentos estabelecidos;

8.2.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

8.3. Ao(s) Fiscal(is) compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos Contratos e dos respectivos serviços, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o artigo 67, da Lei nº 8.666/1993 e no Anexo IV da IN nº 05/2017, e ainda as seguintes obrigações:

8.3.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços inerentes aos itens 01 e 02 deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.3.2. O Fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

8.4. Devido ao caráter urgente da implementação do Sistema de CFTV nas duas localidades o prazo máximo para a entrega do serviço será de até **90 (noventa) dias** após a emissão da ordem de serviço, podendo o mesmo ser prorrogado desde que ocorra caso superveniente e/ou devidamente justificado, que deverá ser analisado e aceito formalmente pelo Fiscal do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas no anexo deste TR, promovendo sua substituição se necessário.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato na forma que segue:

10.1.1. Em até 02 (dois) dias após a assinatura do contrato o fiscal deverá promover reunião inicial para apresentação de todas as especificidades dos serviços elencados no item 01 e 02, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada.

10.1.2. Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação.

10.2. Caso uma mesma empresa seja vencedora dos 02 itens o prazo de execução dos serviços será de até 90 (noventa) dias em cada localidade, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

11. DA VISTORIA

11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3212-1285, podendo sua realização ser comprovada por:

a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

11.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3. Toda a prestação do serviço, material empregado e cabeamento do Sistema de Segurança eletrônica deverão ser objeto de garantia por 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo por parte do contratante. O prazo de garantia será reinicia.

13.4. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

13.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

13.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

13.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

16.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.11. O fiscal técnico, ao verificar que houve “subdimensionamento” da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.14. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.15.1. A cada 10 (dez) dias se fará uma fiscalização dos serviços por servidor competente apresentando à administração e à contratada um relatório da fiscalização.

16.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

17.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no relatório emitido pelo responsável por acompanhar a execução do serviço.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.5. Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 19.1. **ANEXO I - A** - Projeto Especificações e Descritivo;
- 19.2. **ANEXO I - B** - Projeto Desenho EPA;
- 19.3. **ANEXO I - C** - Projeto Desenho CZS;
- 19.4. **ANEXO I - D** - Planilha Composições de Custo;
- 19.5. **ANEXO I - E** - Planilha Cálculo Quantidades;
- 19.6. **ANEXO I - F** - Planilha Orçamento Sintético.

EDKALLENN SILVA DE LIMA
Agente de Polícia Federal
Chefe NIT/SR/PF/AC

De Acordo, encaminha-se ao Superintendente Regional para fins de aprovação

DOUGLAS DAGOSTIN
Escrivão de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/AC

DESPACHO:

Com fundamento legal no inciso II, do art. 9º do Decreto 5.450/05, APROVO o Termo de Referência, bem como AUTORIZO a contratação dos serviços demandados devido a inexistência de CFTV nas delegacias de EPA e CZS, com observância aos dispositivos da Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 suas alterações e demais legislações correlatas.

DIANA CALAZANS MANN
Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/AC



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS DAGOSTIN, Gestor Financeiro**, em 07/06/2018, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIANA CALAZANS MANN, Superintendente Regional**, em 07/06/2018, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDKALLENN SILVA DE LIMA, Chefe de Núcleo**, em 07/06/2018, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6985042** e o código CRC **B4044821**.